



Praias mantêm capacidade significativa de recuperação natural

APA conclui monitorização pós-tempestades 2025-2026

Na sequência das tempestades registadas durante o inverno marítimo de 2025/2026, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) elaborou um novo relatório que avalia os impactos destes eventos extremos na morfologia das praias de Portugal continental, bem como a evolução do respetivo processo de recuperação natural nos meses subsequentes.

Este documento dá continuidade ao trabalho iniciado com o *Relatório Técnico – Síntese das Ocorrências na Faixa Costeira de Portugal Continental* (março de 2026), aprofundando a análise dos efeitos das tempestades através da avaliação da resposta morfológica das praias e da sua capacidade de recuperação.

A análise baseou-se em dados provenientes dos levantamentos topográficos realizados no âmbito do Programa de Monitorização da Faixa Costeira de Portugal Continental (COSMO), complementados por campanhas adicionais desenvolvidas pelas equipas técnicas da APA.

Os resultados permitiram quantificar a evolução da largura dos areais e dos volumes sedimentares, bem como caracterizar o estado morfológico atual das praias monitorizadas, contribuindo para um melhor conhecimento da dinâmica costeira e para o reforço das estratégias de gestão e adaptação às alterações climáticas.

Foram analisadas 27 praias distribuídas ao longo da faixa costeira continental (19 costa ocidental; 8 na costa sul do Algarve), recorrendo à comparação de levantamentos topográficos realizados antes e após as tempestades e com séries históricas de monitorização.

Cerca de 41 % das praias monitorizadas recuperaram ou ultrapassaram os valores médios históricos de largura e volume sedimentar, enquanto 59 % permanecem abaixo dessas referências, mantendo défices sedimentares. Nas praias onde foi possível avaliar diretamente os efeitos das tempestades, entre 35 % e 41 % recuperaram integralmente, ou ultrapassaram, as perdas registadas na largura e no volume sedimentar, respetivamente. Cerca de 47 % e 41 % evidenciaram uma recuperação apenas parcial destes parâmetros. Em contraste, um grupo mais reduzido de praias (18 %) continuou a revelar sinais de erosão ou de insuficiente recuperação morfológica em termos de largura e volume.

Adicionalmente, nas praias avaliadas apenas por comparação entre a situação pré-tempestade e a situação atual, maioritariamente localizadas na costa sul do Algarve, a recuperação morfológica ainda se revela limitada. Esta situação é expectável, dada a reduzida janela temporal entre o final das tempestades e a realização dos levantamentos, sendo previsível que, entretanto, tenha ocorrido uma recuperação considerável da largura e do volume sedimentar.

De forma global, os resultados demonstram que as praias mantêm uma capacidade significativa de recuperação natural após eventos de tempestade. Contudo, essa recuperação ocorre de forma gradual e irregular no espaço e no tempo. Apesar da tendência de recuperação observada em diversos locais, uma fração das praias monitorizadas ainda não recuperou totalmente as condições



anteriores às tempestades, situação compatível com a dinâmica natural e a sazonalidade dos sistemas costeiros. A recuperação morfológica e volumétrica das praias após episódios de elevada energia é tipicamente gradual, sendo condicionada pelas condições hidrodinâmicas subsequentes, pela disponibilidade sedimentar e pelas características morfológicas e geomorfológicas de cada sistema. Consequentemente, é expectável que algumas praias apresentem tempos de recuperação mais prolongados até ao restabelecimento do seu equilíbrio sedimentar, sem que tal represente necessariamente uma condição anómala.

Os resultados obtidos demonstram que a monitorização costeira constitui uma ferramenta estratégica para a gestão do litoral, assegurando o conhecimento necessário para avaliar riscos, orientar prioridades de intervenção e fundamentar decisões de investimento público. Num contexto de défice sedimentar generalizado ao longo da faixa costeira continental e de previsível agravamento dos impactos associados às alterações climáticas, a continuidade destes programas é essencial para reforçar a resiliência da faixa costeira, proteger pessoas e bens e apoiar políticas públicas de adaptação baseadas em evidência técnico-científica.

[Relatório disponível aqui.](#)

###

media@apambiente.pt

Rua da Murgueira 9 – Zambujal – Alfragide

2610-124 Amadora

(+351) 214728200

apambiente.pt

Proteja o ambiente. Pense se é mesmo necessário imprimir este email!

